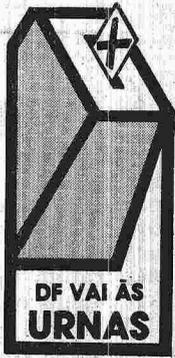


Constituição é dúvida sobre caso Roriz

Ailton C. Freitas

Luis Eduardo Costa

A Constituição não é clara sobre a elegibilidade ou a inelegibilidade do ex-governador Joaquim Roriz, segundo o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Sydney Sanches. Resolvendo o cuidado que tem que ter "para não avançar na matéria", o ministro disse que será preciso analisar se no caso do ex-governador "houve ou não ruptura do período subsequente", situação em que a Constituição prevê inelegibilidade para o presidente da República, governadores de estados e do Distrito Federal, prefeitos e quem os houver substituído ou sucedido nos



Consulta não passa no TSE

No dia 1º de fevereiro passado, o Tribunal Superior Eleitoral resolveu não tomar conhecimento de uma consulta feita pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) querendo saber se quem exerceu o cargo de governador do Distrito Federal, no período de 1986 a 1990, poderia se candidatar para um novo mandato para o período de 1991 a 1995". A consulta não mencionava o nome do ex-governador Joaquim Roriz, mas seu objetivo era claro.

O primeiro a analisar a consulta foi o procurador-geral eleitoral, Aristides Junqueira, que entendeu que a matéria visava dirimir "caso concreto" e, portanto, opinando pelo seu não conhecimento. A consulta, quando feita ao tribunal eleitoral, não pode se referir a uma situação específica, que é vedado pelo artigo 23, inciso XII do Código Eleitoral.

O relator designado para apreciar a matéria, ministro Antônio Villas-Boas, também decidiu não opinar sobre a consulta, mas por um outro motivo além do que foi mencionado pelo parecer do procurador-geral eleitoral. O ministro Villas-Boas considerou que a matéria era atinente ao Tribunal Regional do Distrito Federal, faltando competência ao TSE para se pronunciar sobre o assunto.

Por se tratar de eleição regional, cabe aos tribunais regionais eleitorais se pronunciarem sobre qualquer questão em primeira instância. O Tribunal Superior Eleitoral só analisa os recursos em segunda instância. A decisão do TSE sobre o não conhecimento da consulta formulada pelo PTB foi unânime. Com essa decisão, o Tribunal Superior Eleitoral deixou a questão para o TRE. (L.E.C.).

seis meses anteriores ao pleito.

Outro aspecto a ser analisado é que o texto constitucional não menciona mandato, quando proíbe a reeleição. "E o problema do governador" (Roriz) é que não era mandato, mas nomeação". Essas questões terão que ser interpretadas pelos tribunais eleitorais — no caso o TRE do DF e depois do TSE, em segunda instância — e por último até o Supremo Tribunal Federal, por se tratar de matéria constitucional, se houver recurso, de acordo com o ministro Sanches, que considera a questão complicada, "mais pelas repercussões políticas, porque podem alterar todo um quadro político eleitoral na capital do País, do que sobre o ponto de vista jurídico".

A declaração do presidente do TSE foi feita ontem em entrevista coletiva onde se tratou das leis das inelegibilidades, aprovada na quinta-feira pelo Congresso Nacio-

Prefeitura aponta trama

A prefeita comunitária da Asa Norte é a Associação Brasileira de Anistiados e Anistiados, através de sua representante Maria Joseph Soares, denunciaram, esta semana, a "tentativa de pressão psicológica contra a candidatura de Joaquim Roriz ao Governo do Distrito Federal". A prefeita afirmou ter lido, várias vezes, a Constituição e nada encontrou que impeça o ex-governador e ex-ministro da Agricultura de concorrer e, se vencer, ocupar novamente o cargo máximo do Palácio do Buriti.

"Roriz saiu seis meses e 18 dias antes da data marcada para o pleito, o que o faz totalmente elegível", afirmou Joseph. Ele garante que a promessa feita por dirigentes do PDT de que vão impugnar Roriz não deve ser levada em consideração "porque o que existe é medo, um verdadeiro pavor que a candidatura Roriz causa nos outros candidatos". Joseph aposta que as posições adotadas pelo PDT no sentido de impedir que Roriz seja candidato servem como pano de fundo para "confundir a opinião pública", e mostram o quanto o partido está mal assessorado juridicamente.

Um grupo de associado da prefeitura e associação dos anistiados reuniu-se no final de semana passada para externar, publicamente, em manifesto escrito, seu apoio a Joaquim Roriz e, embora não admitidos abertamente, mostraram uma preferência velada pelo nome da deputada Márcia Kubitschek para compor a chapa como candidata a vice-governadora. Mas não queremos falar disso agora, pois o momento é de defender a candidatura Roriz", disse Joseph.

nal. Havia um dispositivo no projeto de lei que facilitava a situação jurídica do ex-governador que foi retirado por um acordo de lideranças — afirmando que eram inelegíveis somente os governadores eleitos diretamente. O ministro Sydney Sanches afirma que, com a saída desse dispositivo do texto, a situação de Roriz terá que ser interpretada agora nos termos da Constituição.

"A Constituição, quando foi elaborada, o constituinte não estava pensando no governador. Estava pensando em normas genéricas; mas a redação pode não ter sido a mais feliz, então comporta interpretação", segundo Sydney Sanches. A carta não menciona se são inelegíveis para os mesmos cargos os governadores que exercerão seus cargos por mandato que presuppõe eleição — ou por nomeação e essa dúvida a Justiça Eleitoral, se for provocada por recurso, terá que dirimir.

Condomínios apóiam Márcia

Síndicos de dez condomínios rurais da região de Sobradinho e Plano Piloto, representando um universo de 20 mil pessoas, entre condôminos e familiares, fecharam questão em torno do apoio ao nome da deputada Márcia Kubitschek (PRN-DF) para disputar o cargo de vice na chapa do ex-governador e ex-ministro Joaquim Roriz, que concorrerá ao Governo do Distrito Federal.

O apoio a Márcia — escolhida há dois anos como "madrinha dos condomínios rurais" —, segundo justificaram os síndicos, é um reconhecimento ao seu "pioneirismo na batalha legislativa pela regularização dos condomínios rurais". Márcia apresentou, em novembro de 88, o primeiro projeto junto à Comissão do DF no Senado pedindo a regularização desses loteamentos.

Os síndicos aprovaram também proposta no sentido de ser feito um trabalho junto aos 100 mil condôminos rurais buscando apoio à eleição de Joaquim Roriz para governador e do presidente da Associação dos Condôminos Rurais do DF (Conrural) e Associação dos Moradores e Proprietários de Área Rural do DF (Amparu), João Klier, para deputado distrital.

Roriz por ter visitado, como governador, vários condomínios rurais, dando "novas esperanças aos seus moradores", e encaminhado ao Senado e projeto que resultou na Lei 54/89, que permite a regularização dos loteamentos. João Klier, porque luta há quase 12 anos pela regularização dos condomínios rurais, tendo participado, inclusive, da elaboração dos dois projetos acima citados.



Ao tomar posse, Manoel Coelho anunciou especial atenção aos abusos do poder econômico